

O DISCURSO SOBRE EDUCAÇÃO E CIDADANIA NAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS CATARINENSES

Cristóvão Domingos de Almeida *
Joel Felipe Guindani **

SILVA, Terezinha. *Gestão e mediações nas rádios comunitárias: um panorama do estado de Santa Catarina*. Chapecó, Argos, 2008, ISBN: 978-85-98981-77-2. 290 p.

O surgimento das rádios comunitárias brasileiras fez parte de um movimento que pressionava pelo direito à comunicação e pela democratização dos meios de comunicação. Os movimentos populares cobravam do Estado o reconhecimento legal das experiências comunitárias neste segmento. Buscavam garantir o acesso dos movimentos, das organizações e das instituições da sociedade civil local a um meio de comunicação relativamente barato, através do qual pudessem multiplicar o trabalho de conscientização política, de luta por direitos, de cidadania e de construção de contra-hegemonia a partir do espaço local.

É neste contexto que entra em cena o livro *Gestão e mediações nas rádios comunitárias*. A obra partilha resultados procedentes de um processo investigativo realizado por Terezinha Silva entre 2003 e 2005, no programa de pós-graduação em educação da UFSC. Objetivo central da obra é descrever um panorama do processo atual de desenvolvimento das rádios comunitárias em Santa Catarina e identificar como essas emissoras populares proporcionaram experiências locais de aprendizado e de exercício de cidadania.

* Doutorando em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES. E-mail: cristovaoalmeida@gmail.com

** Doutorando em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES. E-mail: j.educom@gmail.com

Na introdução, a pesquisadora lança duas hipóteses que norteiam sua investigação. A primeira, pressupõe que a rádio comunitária possibilita um aprendizado da cidadania mais pelo processo de gestão coletiva da emissora do que propriamente pelos conteúdos da programação; a segunda, deduz que a gestão de uma rádio comunitária é uma iniciativa que compete com emissoras comerciais, numa concorrência até certo ponto, é controlada pela iniciativa jurídica vigente, mas, ao mesmo tempo, incentivada pelas demandas locais e de afirmações identitárias da economia e da vida política.

O livro *Gestão e mediações nas rádios comunitárias* é consistente. A densidade da obra aparece desde o mapeamento meticuloso das rádios de baixa potência em funcionamento no estado de Santa Catarina, sendo elas diferenciadas e categorizadas como *comunitárias, mistas, particulares e confessionais*. A autora orienta qualitativamente o seu trabalho em base aos dados colhidos, selecionando seis emissoras populares, as quais compõem o universo empírico do estudo. Terezinha Silva seleciona uma emissora radiofônica classificada como mista, devido à sua iniciativa e/ou gestão individual, mas que possibilitou alguma abertura à comunidade. Outras cinco são comunitárias, pois contam com a gestão e/ou produção dos conteúdos da comunidade, veiculados diretamente ou através das associações de moradores e outras entidades. Um critério consistente no processo de escolha desse *corpus* de análise foi o de contemplar experiências realizadas nos quatro cantos do estado catarinense – leste, oeste, norte e sul.

Radialismo comunitário: tradição e pertinência em um novo contexto é assunto do primeiro capítulo. Silva faz um resgate histórico, refletindo, juntamente com Mattelart, Beltrán e López Vigil, a gênese e as transformações da radiodifusão comunitária no contexto latino-americano, especificamente nos anos 60, período em que a política desenvolvimentista orientava todo o processo de gestão e uso dos meios. Para fundamentar a reflexão acerca das potencialidades da radiodifusão como prática da educação popular, a autora se vale dos pensamentos pedagógicos e comunicacionais de Paulo Freire e Mário Kaplún, tendo como sustentação a proposta do educar para a esperança, pois eles acreditaram que a educação poderia fazer a diferença, principalmente se as letras e as palavras passassem a ser vistas como instrumentos na busca de uma vida digna e na construção de uma sociedade mais justa.

Os conceitos de ideologia, sociedade civil e hegemonia de Antônio Gramsci são discutidos no capítulo *Gestão e mediações nas rádios comunitárias*, com o intuito de compreender como a dinâmica das lutas sociais se configura no campo da cultura. Nas palavras da autora, a cultura “é um terreno de lutas para construir hegemonia” (p. 59). Ela estabelece como exemplo “o caso das demandas por cidadania mediadas por meios de

comunicação” (p. 34). Por esta abordagem teórico-conceitual, Terezinha Silva entende que as práticas comunicativas analisadas nas seis emissoras populares potencializam a construção de uma esfera de ação social contra-hegemônica.

Esta ação pode também ser pensada através, ou a partir, da teoria das mediações de Martín-Barbero, para quem entre emissor e receptor há troca de significações. Como mediações, compreendem-se os fatores contextuais que condicionam – limitam ou estimulam – a gestação e a produção das rádios comunitárias. A autora identifica quatro mediações: normativa jurídica, economia local, política local e afirmações identitárias, aproximando-se da noção mais ampla da competência cultural como uma das mediações desenvolvida por Martín-Barbero, que não se restringe apenas às experiências de educação formal relacionadas à classe, mas deriva igualmente das experiências socioculturais vinculadas às etnias, às culturas regionais e às distintas mestiçagens urbanas.

No segundo capítulo, as *Rádios Comunitárias* ganham centralidade na obra. A autora apresenta dados valiosos das produções bibliográficas que têm como foco investigativo a radiofonia popular no País. Ela ressalta que o rádio continua sendo um dos principais meios de comunicação de massa e, que, com a regulamentação da Lei 9.612/98, “*houve uma proliferação de emissoras de baixa potência*” (p. 67), muito embora, apesar dessa expansão e da existência de uma diversidade de práticas radiofônicas comunitárias, ainda sejam poucos os trabalhos acadêmicos em torno da temática, que permanece, portanto, um campo aberto aos pesquisadores e pesquisadoras que queiram aprofundar os estudos nessa área.

A lei que regulamenta a radiodifusão comunitária é um instrumento de acesso ao direito à comunicação, compreendendo ser ele fundamental para a construção e o exercício da cidadania, pois permite “*o acesso ao conhecimento e ao debate público sobre temas de interesse dos cidadãos*” (p. 82). A autora lista as possibilidades, as restrições e os desafios expressos na legislação brasileira e tem o cuidado de contrastá-la com a legislação colombiana, por três motivos: a) pela forte presença do rádio na vida cotidiana da população urbana e rural, tanto na Colômbia quanto no Brasil; b) o reconhecimento do serviço de radiodifusão na Colômbia serviu de referência para as lutas pela regulamentação de emissoras comunitárias em outros países e, c) as rádios comunitárias estão em franco desenvolvimento nos dois países. Vale dizer que a relação feita pela autora entre os dois países oportuniza não apenas um resgate de semelhanças, mas também das diferenças e da especificidade de ambos.

Outra preocupação da autora é impulsionada pela inquietação em saber das possibilidades e limites no uso do radialismo comunitário em educação. Mesmo que nas seis emissoras o papel educativo seja atribuído aos conteúdos, confirma-se, ao final do livro, que

se trata de “*aprendizados não relacionados diretamente à veiculação destes conteúdos e/ou pelas informações, mas sim ao processo de participação na constituição e/ou manutenção da rádio*” (p. 259). Esta questão de partida também contribui para confirmar a hipótese anteriormente levantada de que a rádio comunitária possibilita um exercício da cidadania, mais pelo processo de gestão coletiva da emissora do que propriamente pelos conteúdos da programação, especificamente em aspectos como melhora da autoestima e maior reconhecimento social aos que falam ou simplesmente aos que escutam seu nome pela rádio.

Na conclusão, verifica-se que nenhuma das seis rádios mantém uma relação de oposição com o poder público local. Autorizadas ou não autorizadas, o vínculo entre rádio e poder público ou partidos políticos representa o desafio de distinguir o tênue limite entre uma relação de cooperação, baseada no diálogo crítico e/ou de cooptação, que levaria ao condicionamento de conteúdos e, portanto aos limites do potencial de formação para o exercício da cidadania através da programação. Outro consenso é que a rádio se torna um rico espaço para debate público sobre o município, mesmo que, em algumas emissoras, de maneira mais ocasional. Isso demonstra, como salienta Silva, que o rádio, nos seis municípios investigados, continua sendo um meio de construção de projetos coletivos de formação cidadã.

Dentre outros méritos da obra, merece destaque a forma como a autora delinea o *corpus* da pesquisa e analisa os depoimentos, articulando-os, de forma articulada e lúcida, com o aporte teórico por ela delimitado.

Gestão e mediações nas rádios comunitárias está ao nosso alcance e é um subsídio indispensável especialmente para os docentes e para os que pretendam compreender o universo da comunicação radiofônica e sua relação com o campo da educação e da cidadania. Num país como o nosso, em que os meios de comunicação ainda são controlados por meia dúzia de famílias, urge se multipliquem estudos para entender os processos de intercâmbio e sobrevivência das culturas marginalizadas, conferindo-lhes o direito à voz.

Referências

Matín-Barbero, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 4. ed. Rio de Janeiro, UFRJ, 2006. 356 p.

Recebido em: 11/05/2009

Aprovado em: 26/11/2009